

NOTAS SOBRE A QUESTÃO DA AUTORIA

Sírio Possenti
(Universidade Estadual de Campinas / CNPq / FEsTA)

RESUMO

Neste trabalho, retoma-se a questão da autoria, já abordada em “Indícios de autoria” (POSSENTI, 2002). O objetivo aqui é o de aprofundar as reflexões sobre este conceito de várias maneiras, inclusive relacionando-o às noções de estilo e de escrita na escola.

PALAVRAS-CHAVE: autoria; estilo; redação escolar

Introdução

A questão da autoria tornou-se para mim um problema real quando assumi a coordenação de uma banca de correção de vestibulares. Herdei corretores experientes que falavam, a propósito de certas redações, em traços de autoria. Analisando com eles casos concretos, para decidir notas, fui me dando conta, pela prática, de que tipo de questões se tratava. O que chamava atenção, e caracterizava “autoria”, eram, simplificando um pouco, alguns traços de estilo e certas marcas (aspas, ironia, citações singulares, jogos com o leitor). Definitivamente, muitas não eram simples redações, textos para evitar riscos. Foi a partir desta experiência que escrevi “Indícios de autoria” (POSSENTI, 2002). Mas, é claro, conhecia textos sobre a questão, porque ela é velha.

Autoria e análise do discurso

O tema entrou na análise do discurso (doravante AD) em consequência de leituras da famosa conferência de Foucault (1969). Mas não foi uma questão para Pêcheux, por exemplo, nem para ou-

tros analistas do discurso franceses, como Courtine, Marandin, Robin, Mazière ou Maldidier. Creio que a passagem de Foucault à AD começou em Orlandi (1988¹). Talvez a ideia se tenha popularizado um pouco mais com uma dissertação², transformada em livro (GALLO, 1992), pois tratava de uma pesquisa sobre escrita na escola. Depois, parece que a carreira da autoria, em AD, não mais foi estancada.

Parece ser um tema brasileiro. Maingueneau (2010, 25), por exemplo, diz que, embora a questão seja clássica na teoria literária, “a maior parte dos analistas do discurso (...) evitam a famosa questão posta por Michel Foucault nos fins dos anos 1960: ‘O que é um autor?’”. Ele certamente desconhece a pletora de textos que versam sobre a questão no Brasil.

Uma leitura talvez superficial da vasta produção brasileira sobre o tema revela que há uma diferença nítida entre as teses de Foucault (e mesmo as de Maingueneau e de Chartier, por exemplo) e as nativas. De fato, textos sobre autoria produzidos no Brasil (LAGAZZI, 2006; TFOUNI (org., 2008); OLIVEIRA, 2004, por exemplo), revelam um movimento peculiar. A diferença crucial reside na exigência foucaultiana (que acompanha a tradição, seja literária, seja filosófica, seja a das artes plásticas ou do cinema) de que a autoria corresponda a uma obra, enquanto que a deriva brasileira define a autoria por uma certa relação de quem escreve (ou fala...) com textos que, por enquanto, qualificarei como comuns (no trabalho de Gallo, por exemplo, trata-se de produções escolares).

Em Foucault, autor é um correlato de obra: não há autor sem obra, não há obra sem autor. Para a maioria dos brasileiros, talvez simplificando, mas não falseando a tese, são autores os que escrevem um texto adequado.

Esta orientação pode ter resultado da leitura de Orlandi (1987), especialmente da seguinte passagem:

Assim, do autor se exige: coerência; respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à forma do discurso como às regras gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre outras coisas, “unidade”, “não contradição”, “progressão” e “duração” de seu discurso. É, entre outras coisas, nesse “jogo” que o aluno entra quando começa a escrever”. (p. 78).

Como se pode ver, trata-se da relação entre sujeito (o autor é uma de suas facetas, aquela em que ele mais se apaga) e texto. Não

entre autor e obra. E, embora o parágrafo não trate de texto escolar, ele é mencionado em seguida, como se vê acima. Leitores costumam agarrar-se mais ou menos “livremente” a estes ganchos.

Para Foucault, a divisão entre texto com e textos sem autoria, como se sabe, é bastante nítida:

... poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função “autor”, enquanto que outros são dela desprovidos. Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem autor; um contrato pode ter um fiador, ele não tem autor. Um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. *A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade.* (p. 274) (grifo meu).

Minha aposta é que não ocorreria a Foucault que redações e outros textos do mesmo naipe tenham autor, já que ele dissera, logo antes, que o nome de autor está na “ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser” (ibidem) – redações não são singulares, neste sentido. Dissera também que um discurso associado a um nome de autor não é uma “palavra cotidiana, indiferente (...), que passa, imediatamente consumível”, mas uma palavra que “deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma certa cultura, receber um certo *status*” (ibidem), sem contar que o autor exerce uma função classificatória, permite reagrupar certos textos, relacionar textos entre si, estabelecer uma relação de homogeneidade ou de filiação, de explicação recíproca etc. (p. 273).

O resumo das quatro características da função autor que Foucault (1969) formula ao final da primeira parte de sua conferência é ainda mais contundente:

Eu os resumirei assim: a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso a seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (p. 279-80).

Nada disso, evidentemente, se aplica a narrativas quotidianas ou a textos escolares, nem mesmo à maioria dos textos jornalísticos como os que são assinados, sejam reportagens ou colunas de opinião (que, no entanto, selecionadas e agrupadas, podem ser uma das vias da constituição de um autor).

Controle do texto

Minha tese, expressa em Possenti (2002), é que textos escolares podem revelar indícios de autoria. Mas isso não significa que alunos sejam autores (alunos, metonimicamente, recobrem toda a gama dos que escrevem sem serem autores segundo a concepção tradicional, isto é, sem obra que possa ser avaliada como uma “unidade” etc.).

Um exemplo de controle do texto, que então citei, era o seguinte: em uma redação do vestibular Unicamp de 2000, cujo tema estava relacionado aos 500 anos do descobrimento do Brasil, um candidato escreveu, entre outras coisas,

... o que a Rede Globo e o Brasil estão comemorando é o Brasil de hoje. Um lugar onde havia índios, hoje tem uma economia forte, uma grande população, grandes indústrias. Antes havia escravidão e hoje os negros são livres e felizes. Conquistou-se para os trabalhadores e pobres, além de hoje haver eleição direta. Realmente, o Brasil é outro.

O leitor deste trecho, embora ele inicie mencionando a Rede Globo, tem o direito de considerar que a série de avaliações positivas sobre o Brasil é assumida pelo “autor” do texto. Sua continuação, porém (“no entanto, uma visão menos ufanista e mais realista...”) revela que aquela enumeração não mereceu a adesão do candidato. Ou seja, ele põe em cena pontos de vista contraditórios, sem “se perder”. Controla as diversas vozes, e, pode-se dizer, joga com o leitor. Seu texto dá voz a mais de um discurso, sem que perca o controle das ações. Brevemente, trata-se, para mim, de um texto com *indícios* de autoria (que nem são tão chamativos...).

Para propor algum tipo de autoria de escreventes que não são autores (que não têm obra), minha opção foi valorizar os traços de estilo, ou seja, da manifestação de algum tipo de singularidade, que, eventualmente, pode subverter ou, pelo menos, tangenciar o domínio de tipo escolar do texto. Este traço, aliás, é frequentemente um dos que se atribuem a autores no sentido tradicional: Flaubert e o estilo indireto livre, Machado e a ironia, Joyce e Guimarães Rosa por sua

“língua” particular, mas, especialmente, os numerosos “desvios” que fizeram a fortuna dos autores estudados segundo este viés por diversas estilísticas.

Em uma palavra, para mim, aluno que faz boas redações é um (bom) aluno, não um autor. Até porque é só na escola que se escrevem redações. Alunos que escrevem textos com indícios de autoria frequentemente os escrevem à margem das atividades escolares e estabelecem, com professores ou outras pessoas, mesmo na escola, algum tipo de vínculo extraoficial.

Uma analogia com práticas esportivas pode esclarecer minha posição: se um aluno se destaca jogando futebol, nem por isso é jogador de futebol. Para que o seja, são necessárias numerosas outras características. Isto é, o que a sociedade considera como jogador de futebol é alguém submetido a regras e práticas que ultrapassam de longe ter certas habilidades e um possível sonho. O máximo que se pode dizer desse aluno é que leva jeito, que tem algumas condições (técnicas, físicas) para tornar-se jogador de futebol. Do mesmo modo, de um aluno que domina o texto se pode dizer que talvez possa vir a ser um escritor – porque seus textos exibem alguns traços que chamam atenção.

As características do autor propostas por Orlandi podem ser lidas como um aspecto da tese do “controle da deriva do texto”, para mim, eventualmente aceitável. Esta é, mais claramente, a tese de Tfouni, que pode ser ilustrada, mas em outro patamar, pela anedota de Joyce.

A tese de que é autor quem controla a deriva de seu texto certamente não é desprovida de interesse. Foi formulada por primeiro, que eu saiba, pelo menos nestes termos, por Tfouni (2001). No entanto, às análises que propõe neste texto (por exemplo, da narrativa de uma jovem que acaba “se perdendo” em referências anafóricas ambíguas que tanto podem referir a mãe quanto a fada), e também em Tfouni (2008a), pode-se contrapor outra: aqueles fatos podem ser tratados no nível da subjetividade, sem invocar a questão da autoria³.

No entanto, a hipótese é mais claramente válida em outro sentido, e em outro domínio: o autor se caracteriza pelo controle de um texto não convencional (quem controla um texto comum é apenas um sujeito “normal”). Um exemplo esclarecerá minha tese. Piglia (2000) conta um episódio da vida de Joyce que pode ser assim resumido. Sua filha Lúcia era psicótica, fato que Joyce nunca quis admitir. Colocava-se frequentemente em situações difíceis, o que levou o pai

(que estava escrevendo *Finnegans Wake*, um texto totalmente psicótico (PIGLIA, 2000, p. 55) a consultar Jung (que escrevera um texto sobre *Ulysses...*). Ora, Lúcia também escrevia. “Aqui estão os textos que ela escreve, e o que ela escreve é o mesmo que eu escrevo”, disse Joyce a Jung, insinuando que, se ela fosse psicótica, ele também seria. “Mas onde você nada, ela se afoga”, respondeu Jung.

Defendo considerar que esta é a linha divisória entre ser e não ser autor, no que se refere ao controle do texto. Quer se trate de um texto “padrão” (como o de Borges?), quer se trate de um “especial”, como o de Joyce (ou de Guimarães Rosa), a questão é: o texto escapa ao autor, sua linguagem é “automática”, ou é efeito de muito trabalho, de muita revisão, o resultado de um projeto, de uma inscrição singular no campo (literário, filosófico etc.)?

Os autores são escritores cujo texto é, usualmente, considerado “consciente” (o que não anula seu atravessamento pelo inconsciente). Quando textos de “autores” contêm atos falhos (como alguns que Freud comenta) ou conversas “de loucos” (como as de Hamlet), são vistos como “intencionais”, não como equívocos ou sintomas de falta de domínio do texto. O que não significa que o mero domínio do texto, de um texto qualquer, comum, banal, implique autoria. Um bom contra-exemplo é o famoso relatório de Graciliano Ramos: nele se prefigurava um autor apenas porque se tratava de um relatório não convencional.

O autor Autor

A tese da correlação autor – obra, cuja formulação é correntemente atribuída a Foucault, expressa uma posição, digamos, consensual, no velho mundo e na maioria dos campos discursivos (o que não deixa de permitir outras questões relevantes, como a dos pseudônimos e da coautoria, entre outras). O que se debate são “detalhes”, às vezes extremamente relevantes. Entre eles, dois figuram com destaque: a) questões cronológicas (por exemplo, as retificações que Chartier (1994, 2012) propõe à posição de Foucault sobre quando começa a funcionar a autoria em obras literárias); b) questões relativas à divisão entre autor (uma “entidade” relacionada à obra) e escritor (uma pessoa civil): “Borges y yo” é uma ótima - e nada simplificada - apresentação da questão (tratarei deste texto, brevemente, adiante).

Das teses de Foucault (1969), uma é pouco mencionada, a quarta de seu resumo:

[a função autor] não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (p. 280).

Foucault a apresentara por meio de um exemplo:

o ego que fala no prefácio de um tratado de matemática – que indica suas circunstâncias de composição – não é idêntico nem em sua posição nem em seu funcionamento àquele que fala no curso de uma demonstração (...). Mas se poderia também, no mesmo tratado, observar um terceiro ego: aquele que fala para dizer o sentido do trabalho, os obstáculos encontrados, os resultados obtidos... (p. 279).

O termo que Foucault emprega para falar desta multiplicidade de egos é “dispersão”, encontradiço em diversas circunstâncias em textos de AD, mas não muito quando se trata de autoria. A mim me parece que esta quarta característica da função autor é, na obra de Foucault, de natureza completamente diferente das outras três, que são eminentemente históricas (para duas se tem tentado estabelecer até mesmo uma datação). Esta, ao contrário, deriva de uma concepção tipicamente discursiva (não que seja a sonhada por Foucault, cuja utopia são textos sem autor: “que importa quem fala?”). Ela decorre da percepção de que os autores não exercem a mesma função, ou que não é o autor enquanto tal, suposta unidade, que surge inteiro em todas as etapas de uma obra, ou na totalidade de seus escritos. Escrever um prefácio não é como apresentar uma doutrina (em seu exemplo, aspectos da matemática). Podemos analisar assim, é bastante claro, os prefácios que escritores escrevem para justificar sua obra ou sua (inter)língua (como o fez Alencar, para citar um exemplo nacional).

Esta tese de Foucault encontra um desdobramento em Maingueneau (2010), que propõe uma concepção de autor que vai na direção oposta da classicamente aceita, pelo menos desde Proust (contra a de Saint-Beuve). Esta divide autor e escritor.

Uma tripartição

Maingueneau (2010) anota sentidos específicos da palavra “autor”, que, no entanto, não equivalem ao que se entende por autoria em Análise do Discurso, e mesmo, ou especialmente, em teoria literá-

ria. Casos como “o autor das propostas racistas será julgado...” e “a autora da frase fatal” estão distantes do sentido de “autor” em literatura, por exemplo, embora sejam enunciadas em contextos jurídicos, o que implica de alguma forma o traço responsabilidade, um dos constitutivos da autoria. Sabemos que, além disso, o termo se emprega em contextos como “autor da façanha /do gol / da jogada”, assim como para “autor da reportagem” etc. Mas creio haver concordância, em geral, de que, embora haja “semelhanças de família”, os efeitos da atribuição de autoria são bem diferentes quando se trata de casos como esses e de casos como as ditas grandes obras.

Nesses, o problema principal, explicitado em Foucault, é o da atribuição de certos sentidos à obra em função de uma atribuição de autoria, por um lado, e a questão da atribuição de uma unidade à obra, por outro, o que não deixa de ser um aspecto da questão do seu sentido.

Mas como fica a responsabilidade? Qual seu papel na atribuição da autoria? A questão pode ser resolvida facilmente, sem necessidade de apelo à autoria, e de duas maneiras. A mais simples é não cair na mais trivial das falácias, que leva a pensar que, se o autor é responsável, então todos os responsáveis são autores. A segunda é dar-se conta de que responsabilidade é um traço associado ao locutor, por exemplo, segundo a proposta de Ducrot (1984), ou seja, todos os que emitem qualquer enunciado são de alguma forma responsáveis pelos efeitos que produzem, o que não tem nenhuma implicação para aspectos do tipo unidade de uma obra, ou seja, de um conjunto indefinido de escritos ou de proferimentos.

Este é um predicado do sujeito (no sentido jurídico, principalmente), não do autor. A única maneira de atribuir tudo a um autor seria descartar a categoria sujeito. Aliás, retomando o traço fundamental pelo qual se definiria autoria (coerência ou controle do texto), parece claro que se trata de uma questão de subjetividade, não de autoria. Para exemplificar com um caso extremo, não se diria de um discurso psicótico que revela um *autor* psicótico, mas um *sujeito* psicótico. Pessoas que “não dizem coisa com coisa” serão talvez sujeitos “loucos”, não autores loucos ou sujeitos desprovidos de autoria...

Autor e pessoa

A divisão clássica entre autor e escritor está retomada em Foucault (1969), como disse acima. Ela é perfeitamente condizente com teses da AD (e também da semiótica), segundo as quais o sujeito do discurso não é um equivalente do sujeito empírico (poder-se-ia dizer, da pessoa no mundo). O sujeito do discurso é uma posição, um efeito. Toda uma gama de conceitos pode ser relacionada a essa hipótese, entre as quais o *ethos*, tal como proposto por Maingueneau (2008), já que o tom e a corporalidade característicos não são atribuídos ao sujeito empírico, mas ao sujeito do discurso.

Mas Maingueneau (2006: p. 134–179) sustenta que esta divisão binária não dá conta da autoria, e propõe que seja vista como um tripé: a *pessoa* (na medida em que tem uma vida civil, no mundo), o *escritor* (na medida em que gere sua atividade na instituição literária) e o *inscritor* (na medida em que enuncia em uma obra e adota um certo “estilo”, uma interlíngua). Nenhum desses aspectos é anterior ou superior aos outros. Estão atados entre si num nó Borromeu.

Há consequências extremamente relevantes nesta divisão. Uma delas é a própria indissociabilidade das três instâncias, todas implicadas de alguma forma na obra, embora em patamares distinguíveis. Ou seja, não se pode estabelecer uma divisão definitiva entre autor e pessoa (nos termos anteriores), sem que isso implique sua identificação. Outra decorrência interessante, e que Maingueneau desenvolve, é a diferença, mas também a conexão relevante, entre espaço canônico (por exemplo, a obra estritamente literária) e o espaço associado (por exemplo, crônicas de viagem, nas quais estão presentes tanto a pessoa (que é quem viaja), quanto o escritor (que assim contribui para a gestão de sua carreira) e o inscritor (por um estilo identificável). Ao mesmo tempo exterior à obra, ele contribui para constituí-la (as crônicas de Machado e seus ensaios sobre literatura, ou a correspondência entre escritores...).

Østenstad (2009) discute a tese de Maingueneau, associada às três facetas do autor expostas em Foucault (1969), em sua tese sobre a dispersão dos três “egos”, no conhecido exemplo do autor de um livro de matemática. Uma das consequências que este autor assinala nesta concepção é a possibilidade de a crítica incidir ora mais, ora menos nas particularidades biográficas: (ver a controvérsia sobre a interpretação de *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad por Chinua

Achebe, contraditada por Edward W. Said. Para o primeiro, Conrad era racista, por tratar diferentemente africanos e europeus. Para Said, Conrad era um exilado, um marginalizado, que por definição, mantinha em suas obras uma distância irônica. Paul B. Armstrong afirma, em defesa de Conrad, que ele “não é um racista nem um antropólogo exemplar, mas um dramaturgo cético dos processos epistemológicos”.

Se a argumentação de Achebe é hermenêutica e sócio-histórica, a de Said é hermenêutica e biográfica e a de Armstrong, fundamentando-se ao que parece unicamente na imagem “textual” do autor que ele induz de sua própria leitura do romance, é puramente hermenêutica. As características que são vinculadas ao nome Conrad parecem (em parte) resultar da leitura e da interpretação da obra (p. 33).

Bom caso para testar as implicações da teoria é o texto “Borges y yo”, de Jorge Luiz Borges, que pode ser considerado um clássico sobre divisão autor / escritor, de um lado, e pessoa, de outro (ver Chartier 2012, p. 30): uma relação ambígua. Se, por um lado, nesse texto se pode ler que “Al outro, a Borges, es a quien ocurren las cosas. Yo camino por Buenos Aires y me demoro, acaso ya mecánicamente...”, também se lê que “poco a poco, voy cediéndole todo... (...) traté de librarme de él y pasé de las mitologías del arrabal a los juegos con el tiempo y con el infinito (...) Nó sé cuál de los dos escribe esta página” (p. 65-6).

A proposta de Maingueneau permite talvez, como fruto indireto, tratar de “autores” cujos três aspectos não têm o mesmo peso. Por exemplo, Paulo Coelho é certamente uma pessoa, é com bastante certeza um escritor, mas pode ser que não seja um inscridor. Alunos que escrevem são obviamente pessoas; não são, no entanto, escritores, isto é não gerenciam sua vida numa instituição como a literária (ou outra: científica ou filosófica); mas é verdade que alguns talvez produzam textos nos quais são perceptíveis traços típicos dos inscridores (indícios de autoria).

A tese explica também a possibilidade de que se associe o nome do aluno a uma redação “estranha” (não clichê) sobre, por exemplo, o dia dos pais ou do professor, redação que pode fazer com que o aluno venha a ser aconselhado por um psicólogo... Paradoxalmente, esta consequência significaria que se identifica completamente “autor” e pessoa.

Conclusão

Evidentemente, a questão não está resolvida. A heterogeneidade das abordagens o indica mais do que qualquer outra coisa. Ela é um sintoma de várias coisas, as principais sendo as duas seguintes: a) a dificuldade, por mais sofisticadas que sejam as operações, de desligar completamente pessoa de autor, o que leva, por exemplo, a atribuir às pessoas que assinam os livros (seus autores?) até mesmo pontos de vista de suas personagens, e, claro, de seus narradores; a questão do alter-ego é clássica, e resistente; b) a “vontade” de atribuir autoria a quem não tem obra. A pergunta soa apenas como um repto, no entanto: por que não seriam autores? Por que este traço caberia apenas aos “grandes”, ou aos que escrevem.

Para causa do primeiro problema, existem numerosas teorias. Mas, em relação ao segundo, a única resposta é uma decisão... (política?).

ABSTRACT

In this paper, the question of authorship, that has been dealt with before in “Indícios de autoria” (POSSENTI, 2002), is taken up again. The purpose of the paper is to put forward new dimensions of the concept of authorship, including those related to the notions of style and writing in a school setting.

KEYWORDS: authorship; style; school writing

REFERÊNCIAS

- CHARTIER, R. Figuras do autor. In: *A ordem dos livros*. Brasília: Editora da UnB, 1994. pp. 33-65.
- CHARTIER, R. *O que é um autor?* São Carlos: Edufscar, 2012.
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito*. Campinas: Editora Pontes, 1984. pp. 161-218.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1969. pp. 29-87.
- GALLO, S. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 115p.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. Texto e autoria. In: Orlandi, E. P. e Lagazzi-Rodrigues, S. (orgs). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes. 2006. pp. 81-103.

- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *O discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, D. Autor: a noção de autor em análise do discurso. In: *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010. pp. 25-47.
- OLIVEIRA, E. C. de. *Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas*. Maceió: EDUEL, 2004.
- ORLANDI, E. Nem escritor nem sujeito: apenas autor. In: *Discurso e leitura*. S. Paulo / Campinas: Editora Cortez / editora da Unicamp, 1988. pp.75-82
- ØSTENSTAD, I. Quelle importance a le nom de l'auteur ? In: *Argumentation et analyse du discours* 3. 2009 (Ethos discursif et image d'auteur. [http : // ad.revues/665](http://ad.revues/665)).
- PIGLIA, R. Os sujeitos trágicos (literatura e psicanálise). In: *Formas breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 49-59.
- POSSENTI, S. Indícios de autoria. In: *Perspectiva* 20 (1). Expressando a língua portuguesa e seu ensino. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. pp. 104-123.
- TFOUNI, L. V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: Signorini, I. (org). *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. pp. 77-94.
- TFOUNI, L. V. Autoria e contenção da deriva. In: Tfouni, L. V. (org.). *Múltiplas faces da autoria*. Ijuí: Editora da Unijui, 2008a. pp. 141-158.
- TFOUNI, L. V. (org.). *Múltiplas faces da autoria*. Ijuí: Editora da Unijui, 2008.

NOTAS

¹ A primeira publicação é de 1987.

² Orientada por Eni Orlandi.

³ Diria que isto vale para praticamente todos os textos reunidos em Tfouni (org., 2008).

Recebido em 30 de maio.

Aprovado em 15 de junho.